

FÁBIO DUARTE JOLY(Org.). *HISTÓRIA E RETÓRICA: ENSAIOS SOBRE HISTORIOGRAFIA ANTIGA*. SÃO PAULO: ALAMEDA, 2007, 184 p.

Maria Aparecida de Oliveira Silva

A incipiência dos Estudos Clássicos no Brasil responde pela escassa publicação de obras relativas ao mundo antigo em nossas terras. Felizmente, na última década, o quadro de publicações sobre a Antiguidade Clássica vem se tornando mais animador não apenas para aqueles que pretendem desenvolver pesquisas em nível acadêmico, mas também para os interessados em ensinar aos alunos dos níveis elementar e médio lições de História Antiga. Nesse sentido, vemos diversos pesquisadores preocupados em escrever livros didáticos, informando e formando alunos que podem se tornar potenciais leitores e produtores de conhecimento. Vislumbramos que, a partir da intensificação dessa produção, teremos jovens talentos com possibilidade de expansão e de escolha de objetos, pois, ao relegarmos essas informações somente às estantes das Universidades, retiramos de circulação o conhecimento que *a priori* deve pertencer a todos, uma vez que, em sua grande maioria, as pesquisas acadêmicas são financiadas pelo poder público.

Durante séculos assistimos ao domínio do pensamento europeu na produção científica mundial e, em uma relação como a do médico e a do monstro, não lhe foi possível controlar e personificar o conhecimento. Por sua natureza universal, este escapou aos acadêmicos europeus e alojou-se em laboratórios e estantes de outros continentes, o que resultou em novos pensadores com diferentes olhares e visões de mundo. Nesse sentido, o livro *História e retórica: ensaios sobre Historiografia Antiga*, organizado por Fábio Duarte Joly e que contou com o Auxílio Publicação da FAPESP, apresenta nove capítulos que versam sobre a escrita da história antiga, com olhares críticos diante da produção bibliográfica européia.

No primeiro capítulo, intitulado “Tucídides: a inquirição da verdade e a latência do heróico”, Luiz Otávio de Magalhães debruça-se sobre a narrativa de Tucídides apontando nela elementos valorativos da epopéia – tomando como exemplo específico a noção de ousadia (*tolma*) enquanto

agente no desenrolar dos fatos –, sem, contudo, perder de vista o compromisso com a verdade por intermédio da investigação e da crítica das informações levantadas, pois, como o autor esclarece, “para Tucídides, é a busca humana pelo conhecimento verdadeiro, que se obtém mediante a análise e o exame acurado, que fornece a possibilidade de perenidade de sua composição” (p. 16).

“Políbio” é o título dado ao segundo capítulo, redigido por Juliana Bastos Marques, no qual a autora analisa a singularidade da escrita polibiana no tocante à sua contribuição teórico-metodológica sobre a composição de uma narrativa histórica. Nas palavras da autora, “a obra de Políbio significa uma retomada ao perfil tucidideano de escrever a história, preocupando-se com a pesquisa dos fatos, a busca da verdade e o rigor de uma postura imparcial pretendida pelo historiador” (p. 50). Bastos nos mostra a retomada de uma tradição estabelecida no período clássico grego cuja temática encaminha o leitor de uma história quase biográfica, produzida no período helenístico, para uma história política e militar.

Elaborado a quatro mãos, o terceiro capítulo, “Salústio e a historiografia romana”, de Pedro Paulo Abreu Funari e Renata Senna Garraffoni, mostra-nos a inadequação da obra de Salústio aos estudiosos da Antiguidade no século XIX, fruto de um contexto em que “grandes estudos sobre a sociedade romana se definiram e se constituíram a partir do olhar central na atividade dos historiadores, assim como a descrição dos artefatos encontrados nos sítios consistiu no principal trabalho dos arqueólogos clássicos” (p. 68). Assim, os autores esmiúçam a narrativa salustiana com o intuito de demonstrar seu comprometimento com a escrita histórica, observando critérios como o de verdade e de investigação dos fatos.

No quarto capítulo, intitulado “A política como objeto de estudo: Tito Lívio e o pensamento historiográfico romano do século I a.C.”, de Breno Battistin Sebastiani, o autor declara que “esse texto objetiva discutir os significados modernamente históricos e literários da esfera política enquanto conteúdo da obra do paduano. Para tanto é necessário analisar previamente algo das origens da conceituação desse conteúdo enquanto objeto historiográfico, sua presença no pensamento romano do século I a. C., e a influência que ambos teriam exercido sobre Tito Lívio” (p. 77). Dessa maneira, Sebastiani afirma que Tito Lívio foi o primeiro historiador romano a construir sua narrativa afinado com os preceitos da retórica, cujo relato

volta-se mais para a plasticidade de seu discurso do que para a investigação da verdade.

Maria Luiza Corassin é autora do quinto capítulo, nomeado “Comentário sobre as *RES GESTAE DIVI AVGVSTI*”. Em seu texto, a autora versa sobre o rico conteúdo da obra de Augusto, relatando sua origem e a constituição de seu *corpus*, expondo o pensamento e as ações políticas do imperador nele expressas, com a finalidade de reconstituir o contexto social e político do século I a.C., em que, a seu ver, “a passagem da República para o Império não trouxe uma mudança no sistema de produção; dentro da sociedade, a ordem senatorial continuou a ocupar o mais alto nível. A clivagem entre homens livres e escravos foi mantida intacta. A sociedade romana manteve sua complexa divisão, na qual vigoravam não apenas os critérios econômicos, mas na qual o *status* jurídico do indivíduo também contava” (p. 115).

O sexto capítulo do livro, escrito por Vicente Dobruka e intitulado “Historiografia helenística em roupagem judaica: Flávio Josefo, história e teologia”, apresenta-nos a concepção histórica de Flávio Josefo. Para tanto, o autor descreve o caminho trilhado: “Este artigo concentra-se em dois eixos para o entendimento de Josefo – de um lado, sua atividade propriamente historiográfica, i.e., o registro e interpretações de eventos, e de outro, a essência que anima o próprio fluxo histórico, segundo a sua obra” (p. 121). Então, Dobruka aponta traços marcantes da narrativa tucidideana na escrita histórica de Flávio Josefo, sua busca pela verdade e da história como produto de uma autópsia, relacionada à questão da presença do narrador no acontecimento.

“Tácito, Sêneca e a historiografia”, de Fábio Faversoni, é o sétimo capítulo do livro organizado por Fábio Duarte Joly. O autor principia sua reflexão dando a conhecer ao leitor a sua intenção: “Nosso objetivo ao longo deste texto é estudar um problema historiográfico específico, ou seja, o pressuposto de que Sêneca, fazendo uso da doutrina estoica, procurou – e chegou a alcançá-lo durante anos – fazer de Nero o imperador ideal sob a ótica dos senadores” (p. 137). O autor atribui a propagação dessa visão recorrente na bibliografia aos que seguem a tradição instituída por Tácito a despeito da narrativa do próprio Sêneca e fundamenta sua argumentação com a análise de duas obras senequianas: *Apocolocyntosis* e *De Clementia*.

No oitavo capítulo, intitulado “Imagem, poder e amizade: Dião Cássio e o debate Agripa-Mecenas”, de Ana Teresa Marques Gonçalves, a autora centra-se na análise da crise do terceiro século, cuja origem Dião Cássio considera a política dos Severos. A escolha da fonte e do objeto justifica-se porque “a análise do debate Agripa-Mecenas, exposto na obra de Dião Cássio, é um bom início para a discussão da idealização dos primeiros governantes severianos e da necessidade que eles sentiram em divulgar o que correspondia a modelos imaginados pelos aristocratas e pelos outros grupos sociais” (p. 148).

Encerrando o livro, o nono capítulo compõe-se do texto “História, verdade e justiça em Amiano Marcelino”, de Gilvan Ventura da Silva. O autor demonstra que “em Amiano, o trabalho com a história não equivale à compilação enciclopédica dos fatos, como alguns contemporâneos seus parecem pressupor, mas à organização do material recolhido segundo alguns critérios que lhe permitam identificar, dentro do turbilhão dos acontecimentos, o que é essencial e o que é acessório, surgindo assim a narrativa histórica como o resultado de uma depuração” (p. 177), mas que “por outro lado, o apego a um princípio místico a torna, em certa medida, uma metahistória” (p. 179).

O repensar da escrita da História Antiga não foge ao revisionismo de nosso tempo. No enalço desse pensamento, Fábio Duarte Joly organizou *História e retórica: ensaios sobre Historiografia Antiga*, colocando à disposição do leitor interpretações sobre a historiografia antiga na perspectiva de pesquisadores brasileiros.